

Dinheiro.

Voos a partir de R\$ 39

Gol, TAM e Azul estão com promoções até amanhã em suas passagens aéreas. Preços a partir de R\$ 39. Pág. 44

EDITORA: ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

TEMPESTADE NO ESTADO VEJA POR QUE O FUNDAP NÃO PRECISA ACABAR

EDSON CHAGAS



Especialista derruba mitos que sustentam o fim do incentivo

DE NISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Criado no início da década de 70, durante o governo de Cristiano Dias Lopes, o Fundo para Desenvolvimento das Atividades Portuárias (Fundap) enfrenta seu pior momento. O projeto de resolução do Senado 72/2010 quer reduzir a alíquota de ICMS sobre os produtos importados. Mesmo que a alíquota caia de 12% para 4% e não para zero, como planejava o governo federal, o incentivo está condenado a acabar.

Especialistas avaliam, no entanto, que incentivos como o Fundap não precisariam ser sepultados. Outros Estados, como Santa Catarina e Goiás, também têm incentivos. A diferença é que o sistema capixaba não concede isenção do ICMS, mas permite que a empresa utilize o valor referente ao que teria de ser

recolhido em investimento no Estado.

Desta forma, o Espírito Santo financiou seu crescimento econômico, depois da crise provocada pela exigência do governo federal para que os cafezais do Estado fossem erradicados. Isso ocorreu devido a uma queda de preços mundial devido ao excesso de produção de café no mundo.

DIFERENÇAS

Os incentivos que existem, como em Santa Catarina e Goiás, são diferentes do Fundap, na avaliação do advogado e mestre tributarista Marcelo Salomão, que na semana passada veio a Vitória participar de debate sobre guerra fiscal promovido pela Federação das Indústrias (Findes).

“O Fundap não é um incentivo fiscal. Para ter direito a ele, a empresa precisa efetivamente recolher

AS RAZÕES PARA SE MANTER O FUNDO

1 Inverdade O argumento usado principalmente pelos empresários paulistas de que o Fundap estimula a importação e isto prejudica a indústria nacional não procede. Os dados não mentem: 86% da pauta de importação do país é constituída por insumos industriais e combustíveis. Os insumos são equipamentos e máquinas usados nas indústrias nacionais.

2 Regional Na avaliação de Marcelo Salomão, os incentivos foram criados para promover o desenvolvimento regional que deveria, em tese, ser promovido por meio de políticas específicas criadas pelo governo federal.

3 Tributos O que enfraquece a indústria nacional é a enorme carga

tributária e não as importações, alegam outros especialistas. Em 20 anos, a quantidade de impostos pagos pelos brasileiros passou de 24% para 36% do Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é a soma de todas as riquezas produzidas no país. Os especialistas dizem que em nenhum outro país em desenvolvimento a carga tributária é tão pesada quanto a do Brasil.

4 Guerra O argumento da “guerra fiscal” não justifica o fim de incentivos do tipo do Fundap. O Espírito Santo alega que o tratamento dispensado pelo governo federal e os outros Estados ao Espírito Santo é antifederativo. Para alterar uma legislação de mais de 40 anos, a União precisa conceder um

período de transição. Somente os municípios deixarão de receber mais de R\$ 600 milhões de repasse de ICMS ao fim do Fundap. O Estado perde R\$ 400 milhões. Isso se todas as empresas fundapeanas continuarem atuando no Estado.

5 Começo Vale lembrar que o Fundap foi criado pela Lei 2.508 de maio de 1970 e foi regulamentada pelo Decreto 163-N, de julho de 1971, passando por diversas modificações, sendo a última por meio da Lei 5.245 de 1996. Centenas de empresas se instalaram aqui por causa do incentivo. Só em armazéns alfandegados são mais de 1 milhão de metros quadrados. Essas empresas foram instaladas na Grande Vitória por causa das atividades do Fundap.

o tributo para, depois, receber o financiamento”, opina o especialista.

“Se esse projeto passar no Senado, será terrível para o Espírito Santo. Tem que haver uma medida para acabar com a guerra fiscal, mas esta não pode penalizar as empresas que investiram aqui, que acreditaram nas leis. Também não pode prejudicar o contribuinte”, ressalta.

REDUÇÕES

O tributarista disse que, em vez de discutir as alíquotas sobre os produtos importados, as Federações das Indústrias deveriam discutir e exigir a redução dos tributos pagos internamente.

O excesso de impostos prejudica mais a indústria nacional que o incentivo às importações, acredita ele.